

RODRIGO FRANCISCO DE PAULA

Coordenador

A EXPERIÊNCIA
DOS ESTADOS NO
ENFRENTAMENTO DA
PANDEMIA DA COVID-19

A EXPERIÊNCIA DOS ESTADOS
NO ENFRENTAMENTO DA
PANDEMIA DA
COVID-19

RODRIGO FRANCISCO DE PAULA
Coordenador



Área específica

DIREITO ADMINISTRATIVO

Áreas afins

DIREITO CONSTITUCIONAL, SAÚDE PÚBLICA

Público-alvo/consumidores

Advogados públicos, magistrados e membros do
Ministério Público

FORMATO: 14,5 x 21,5 cm

CÓDIGO: 10002665

EX96 A experiência dos Estados no enfrentamento da pandemia da COVID-19/ Rodrigo Francisco de Paula (Coord.).– Belo Horizonte : Fórum, 2021.

333p. E-book.

ISBN: 978-65-5518-129-6

1. Direito Administrativo. 2. Direito Constitucional. I. Título.

CDD: 341.3

CDU: 342.9

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

PAULA, Rodrigo Francisco de (Coord.). *A experiência dos Estados no enfrentamento da pandemia da COVID-19*. Belo Horizonte: Fórum, 2021. 333p. E-book. ISBN 978-65-5518-129-6.

RODRIGO FRANCISCO DE PAULA

Doutor e Mestre em Direitos e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito de Vitória, onde é pesquisador. Membro do Grupo de Pesquisa Teoria Crítica do Constitucionalismo (CNPq-FDV); do Grupo de Estudos Direito e Psicanálise (FDV-Escola Lacaniana de Psicanálise de Vitória) e da Rede Brasileira Direito e Literatura (RDL). Membro da Rede de Estudos Benjaminianos (REB). Procurador do Estado do Espírito Santo.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Rodrigo Maia Rocha	11
--------------------------	----

MAJORAÇÃO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE PARA OS SERVIDORES CIVIS DO ESTADO DO PARÁ QUE ATUAM DIRETAMENTE NO COMBATE À PANDEMIA DA COVID-19, À LUZ DAS RESTRIÇÕES IMPOSTAS PELA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 173/2020

Amanda Carneiro Raymundo Bentes	13
1 Introdução.....	13
2 Contexto da pandemia da COVID-19.....	14
3 Adicional de insalubridade aos servidores públicos civis do Estado do Pará.....	15
4 Restrições impostas pela Lei Complementar Federal nº 173/2020 à majoração de vantagens aos servidores públicos	20
5 Conclusões.....	44
Referências	44

PANDEMIA E FEDERALISMO: OS ASPECTOS JURÍDICOS NA EXPERIÊNCIA DE ENFRENTAMENTO DA COVID-19 NO ESTADO DE MINAS GERAIS E A ATUAÇÃO DA ADVOCACIA PÚBLICA PARA MINIMIZAÇÃO DE SEUS EFEITOS DANOSOS

Ana Paula Muggler Rodarte, Liana Portilho Mattos, Nancy Vidal Meneghini	47
1 Considerações iniciais.....	47
2 Breves considerações sobre o federalismo	50
3 O aspecto econômico-financeiro do pacto federativo ante a fragilização do erário público estadual mineiro em face da pandemia da COVID-19	51
4 O aspecto político-administrativo ante os conflitos de competência com os Municípios em virtude do programa estadual Minas Consciente.....	59
5 Considerações finais.....	66
Referências	68

COMPARTILHAMENTO DE DADOS PESSOAIS E A PANDEMIA DA COVID-19: INICIATIVAS DO ESTADO BRASILEIRO

Elísio Augusto Velloso Bastos, Cristina Pires Teixeira de Miranda Rodrigues, Vitória Barros Esteves.....	71
1 Introdução.....	71
2 A Medida Provisória nº 954/2020 e sua análise pelo Supremo Tribunal Federal.....	74
3 Definição e relevância dos dados pessoais	77
3.1 Definição de dados pessoais	77
3.2 A nova sociedade baseada em dados	79
4 Intimidade e autodeterminação informativa como limite constitucional ao compartilhamento de dados pessoais.....	84
5 Aplicativos contra a COVID-19: iniciativas estaduais relevantes, que utilizam tecnologia e dados pessoais, para combater a epidemia.....	90
6 O acesso aos dados pessoais e o risco à democracia	94
7 Considerações finais.....	96
Referências	98

FEDERALISMO E CONSTITUIÇÃO: A EXPERIÊNCIA PERNAMBUCANA EM TEMPOS DE COVID-19

Ernani Varjal Medicis Pinto, Marcelo Casseb Continentino	101
1 Introdução.....	101
2 É possível um conceito universal de federalismo?	102

3	Federalismo em tempos de pandemia.....	108
4	A experiência de Pernambuco no enfrentamento à COVID-19.....	111
5	Jurisprudência em tempos de pandemia.....	114
6	Conclusão.....	117
	Referências.....	118

A ATUAÇÃO JUDICIAL DOS PROCURADORES DE ESTADO NA EFETIVAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE DURANTE A PANDEMIA: UMA ANÁLISE DA POSSIBILIDADE EXCEPCIONAL DA CONTRATAÇÃO DE MÉDICOS FORMADOS NO EXTERIOR SEM A EXIGÊNCIA DA REVALIDAÇÃO DO DIPLOMA

João Paulo Setti Aguiar, Luciano Fleming Leitão.....	121	
1	Introdução.....	121
2	Dever constitucional do Estado em garantir o direito à saúde, inclusive durante a pandemia.....	122
3	A atribuição constitucional dos advogados públicos no exercício da representação judicial do Estado.....	124
4	Ação civil pública como instrumento de defesa do interesse público e a possibilidade de utilização da tutela antecipada em caráter antecedente.....	125
5	Os fundamentos de fato e de direito que justificam a excepcionalidade na contratação de médicos que ainda não se submeteram ao Revalida, para o enfrentamento da pandemia.....	126
5.1	O déficit de médicos no Estado do Acre.....	126
5.2	A busca pela solução e a atuação judicial.....	129
5.3	A existência de vedação legal à atuação de médicos sem registro no CRM. Exceções a essa vedação.....	130
5.4	A decisão do Supremo Tribunal Federal pela constitucionalidade do Programa Mais Médicos.....	132
5.5	O direito à saúde é obrigação humanitária previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos.....	134
5.6	A omissão da União. A última edição do Revalida ocorreu em 2017, há mais de 3 anos.....	135
5.7	Da violação ao princípio da igualdade.....	135
6	A ponderação entre a vedação à atuação de médicos sem registro no CRM e o direito à saúde durante a pandemia.....	136
7	Conclusão.....	138
	Referências.....	139

ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DE SAÚDE NO ESTADO DE GOIÁS

Juliana Diniz, Ismael Alexandrino.....	141	
1	Introdução.....	141
2	A reforma do Estado dos anos 90.....	142
3	Organizações Sociais de Saúde.....	144
3.1	Surgimento das OSS.....	144
3.2	Definição e características.....	144
3.3	Princípios administrativos que devem reger as OSS.....	147
3.4	Forma de contratação das OSs.....	149
4	OSs no Estado de Goiás.....	153
4.1	Como são pensados, elaborados e fiscalizados os Contratos de Gestão.....	153
4.2	Os avanços na saúde a partir da implantação do modelo de gestão por Organizações Sociais.....	156
4.3	A pandemia, a assistência hospitalar e as OSs.....	158
5	Conclusão.....	161
	Referências.....	162

A TUTELA DE URGÊNCIA COMO FORMA DE COMBATE À PANDEMIA PELA ADVOCACIA PÚBLICA

Juvêncio Vasconcelos Viana, Rommel Barroso da Frota.....	165	
1	Introdução.....	165
2	A advocacia pública em linhas gerais.....	166
3	Aspectos jurídicos da pandemia.....	170
4	Algumas considerações sobre a tutela provisória.....	172
5	Aplicação em concreto.....	175

6	Conclusões.....	179
	Referências.....	179

PANDEMIA E DISRUPÇÃO: O EPICENTRO DE UM APRENDIZADO

Maria Lia P. Porto Corona, Camila Kùhl Pintarelli.....		181
1	Introdução.....	181
2	A pandemia em Juízo.....	185
2.1	Contencioso tributário fiscal.....	187
2.2	Contencioso geral.....	191
3	A estruturação jurídica do enfrentamento à pandemia.....	196
3.1	Microsistema normativo para contratações relacionadas à Covid-19.....	198
3.2	A aquisição emergencial de aparelhos de ventilação pulmonar.....	200
3.3	Assessoramento jurídico multifocal.....	202
4	Uma releitura institucional.....	204
	Referências.....	208

SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA DE SAÚDE. COVID-19. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE MÉDICOS INTERCAMBISTAS REMANESCENTES DE PROGRAMAS FEDERAIS. EXPERIÊNCIA NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS). CABIMENTO EXCEPCIONAL PARA ATENDER AO INTERESSE PÚBLICO PRIMÁRIO. INVOLABILIDADE DO DIREITO À VIDA E À SAÚDE. DEVER DO ESTADO

Ricardo Nasser Sefer, Carla Nazaré Jorge Melém Souza.....		209
1	Introdução.....	209
2	Situação de emergência de saúde: COVID-19.....	211
2.1	Calamidade pública, situação de emergência de saúde nacional e de impacto mundial: normas aplicáveis.....	213
2.2	Situação de emergência de saúde: COVID-19 e o cenário crítico no Estado do Pará.....	214
3	Programa “Mais Médicos” e o projeto “Mais Médicos para o Brasil”: Lei Federal nº 12.871/2013 – Médicos Intercambistas Cubanos.....	217
3.1	Programa “Médicos pelo Brasil” e a Lei Federal nº 13.958/2019: requisitos e situação do remanescente de médicos intercambistas cubanos.....	222
3.2	Covid-19 e a atuação de médicos intercambistas cubanos: relativização da exigência de revalidação de diplomas e aferição de habilitação técnica por outros meios disponíveis – LINDB.....	227
3.2.1	Processo de revalidação de diploma estrangeiro e o exercício da autonomia universitária.....	230
4	Exigências gerais para contratação temporária e de excepcional interesse público de médicos intercambistas remanescentes de programas federais.....	232
5	Conclusão.....	234
	Referências.....	236

ESTRATÉGIA ADOTADA PELO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO PARA ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DA COVID-19: MAPEAMENTO DE RISCO, MEDIDAS QUALIFICADAS DE RESTRIÇÃO DA LIBERDADE E ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE SAÚDE PÚBLICA

Rodrigo Francisco de Paula.....		239
1	Introdução.....	239
2	Repartição constitucional de competências em matéria de saúde pública e o marco regulatório e sanitário estabelecido para o enfrentamento da pandemia da COVID-19.....	243
3	Estratégia adotada pelo Estado do Espírito Santo entre a emergência em saúde pública e a calamidade pública decorrente de desastre natural: mapeamento de risco, medidas qualificadas de restrição da liberdade e a estruturação do sistema de saúde pública.....	258
4	Conclusão.....	270
	Referências.....	272

FEDERALISMO EM TEMPOS DE PANDEMIA: A REAFIRMAÇÃO
DA AUTONOMIA DOS ESTADOS-MEMBROS ENQUANTO
CONDIÇÃO DE EFICÁCIA DAS MEDIDAS DE PROTEÇÃO
À SAÚDE

Rodrigo Maia Rocha	275
1 Introdução.....	275
2 A federação como forma de organização do Estado	277
2.1 Elementos caracterizadores do Estado Federal.....	277
2.2 A federação na Constituição de 1988.....	280
3 O direito à saúde na Constituição de 1988.....	283
3.1 Os direitos fundamentais sociais e seus contornos definidores	283
3.2 O direito fundamental social à saúde no contexto da Constituição de 1988: o Sistema Único de Saúde	285
4 A autonomia dos Estados-membros e a efetividade das medidas de proteção à saúde em face da COVID-19	289
4.1 Pandemia e exacerbação das divergências interfederativas.....	289
4.2 A competência para a implementação de políticas de combate à COVID-19 e a abordagem do tema no âmbito do Supremo Tribunal Federal.....	293
4.2.1 O STF enquanto árbitro das disputas na Federação.....	293
4.2.2 Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6341.....	295
4.2.3 Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 672.....	296
4.2.4 Ação Cível Originária nº 3385.....	298
5 Conclusões.....	301
Referências	303

O PAPEL DA NOVA ADVOCACIA PÚBLICA PREVENTIVA NO
COMBATE À PANDEMIA DA COVID-19: A EXPERIÊNCIA DO
ESTADO DE MINAS GERAIS

Sérgio Pessoa de Paula Castro, Marina Araújo Teixeira	307
1 Introdução.....	307
2 A reestruturação da advocacia-geral do Estado de Minas Gerais: valorização do agir preventivo e da desjudicialização	312
3 A atuação da advocacia-geral do Estado de Minas Gerais no combate à COVID-19.....	320
3.1 Atuação contenciosa.....	320
3.2 Atuação consultiva	323
4 Considerações finais.....	326
Referências	327
SOBRE OS AUTORES.....	331